

JUBILEU DO MISTÉRIO DA ENCARNAÇÃO

O passado nunca se repete, mas pode inspirar o presente, tanto na reatualização interpretada de suas expressões de verdade, de bem e de beleza, quanto na rejeição de sua dose de erro e de maldade. Nisso a história é magistra vitae, na expressão do orador romano. Tanto é mais importante recordar e aprender da história quanto mais se impõem "comunidades de escolha" alijando para longe as "comunidades de memória". Assim veremos como os jubileus que nos antecederam nos ensinam tanto pela sua riqueza quanto pelos seus limites.

A celebração do Jubileu do ano 2000 enlaça-se com três momentos de lançamento de jubileu na tradição judaico-cristã. Um aconteceu no Antigo Testamento. Outro o inaugurou o próprio Jesus. E um terceiro foi criação eclesial do Papa Bonifácio VIII. Não nos cabe copiá-los em doentio fundamentalismo, mas perceber-lhes o espírito de graça e de limite para discernir a forma presente de vivê-lo.

Lá bem no início, o Jubileu soou com o duplo tom profético e utópico, quando política e religião se entremeavam na unidade teocrática do povo judeu. O livro do Levítico (Lv 25) é-nos sua memória. Lá o povo se encontrava diante das exigências radicais de sua origem primigênia e constitutiva como Aliança com Javé. Um dia Moisés, na leitura interpretativa do Deuteronômio, colocou o povo face à proposta alternativa da vida, da felicidade, de um lado, e da morte e da desgraça do outro. A terra prometida estava diante como bênção e vida, vinculada à escuta da Palavra da Lei (Dt 30, 15-20).

Segundo essa Lei, todo o povo era criatura de Deus, todos os membros deviam ser como irmãos livres. Longe de Israel a escravidão, que um dia fora

o quinhão do Egito. Longe de Israel a exploração do trabalho e a desapropriação da terra para ser propriedade de uns poucos, porque "o país é meu e vós estareis junto de mim como hóspedes e pessoas sem moradia", diz Javé (Lv 25, 23).

Esse sonho inicial nunca se realizou. Israel, como todos os povos até o dia de hoje, viveu a ganância de alguns, o domínio dos poderosos, a escravidão do fraco, a extorsão de juros escorchantes. O Jubileu era um grito de volta atrás, às origens ideais do povo de igualdade, de justiça e de fraternidade. A profecia denuncia-lhes a negação. A utopia recordava o sonho, abrindo horizontes para o futuro. No centro do Jubileu do Antigo Testamento estava o **resgate da dívida social** num povo onde ela não devia existir por ser Povo de Deus. Que significa para o cristão e para a Igreja católica tal resgate nos tempos atuais?

O Jubileu do ano 2000 não pode perder esse veio inspirador. Vivemos uma sociedade moderna. A lei religiosa não comanda a política. Cabe, porém, ao cristão em todo lugar que ocupa na sociedade fazer valer sua cidadania, banhada por essa inspiração. Não lhe toca impô-la aos outros como expressão de sua escuta da Palavra, mas manifestá-la na sua prática ética iluminada pelo grito jubilar.

A Igreja católica, como corpo social, vive num mundo pluralista. Os projetos políticos estão aí, na sua diversidade. Não é sua função forjar um programa próprio de política. Tem o direito de falar em nome de seus membros, cidadãos que são, iluminada por sua tradição, no respeito e diálogo com as outras forças sociais. Pode falar, gritar mesmo, mas na consciência do limite de sua voz.

E numa modernidade cada vez mais vasculhadora dos foros internos e sensível às incoerências e contradições dos discursos das autoridades, só é crível e plausível aquela voz respaldada pelo testemunho da vida. Temos vivido freqüentemente o esvaziamento rápido de protestos quando vem a público a contradição entre a prática e a fala do contestador.

Em relação ao passado, desde o Concílio Vaticano II, a Igreja católica, na sua oficialidade, vem passando a limpo sua história. Logo depois do Concílio, o insuspeito jornal comunista italiano L'Unità desafiava o próprio partido comunista a submeter-se a sua autocrítica com a mesma coragem com que o fazia a Igreja Católica. E esse atual pontificado tem sido pródigo em pedidos de perdão pelas faltas passadas, desde as Cruzadas até os equívocos no campo da ciência passando pelos genocídios dos índios, a escravidão dos negros, o silêncio diante do holocausto judeu e tantos outros pecados e erros.

A tradição penitencial tem modificado recentemente sua perspectiva. Se antes ela valorizava a confissão da falta, a ponto de nomear o sacramento da

reconciliação com esse termo, hoje seu olhar se volta principalmente para a mudança de atitude do presente e para o compromisso com o futuro. O Jubileu, ainda permanecendo na tradição veterotestamentária, está a pedir da Igreja católica uma mudança de comportamento diante das formas de desrespeito, de segregação, de discriminação no seu seio.

Aí estão as mulheres, com uma presença numerosa e qualitativamente extraordinária, sendo afastadas do exercício de tantos ministérios relevantes por razões bíblica e teologicamente, ao menos, duvidosas. Pedir-lhes perdão sem modificar estruturas solidificadas em outros contextos culturais, mesmo bíblicos, altamente machistas, soa para as pessoas de hoje um jogo vazio de palavras.

Essa herança de Israel provoca-nos certo mal-estar. Tememos que muitos ritos e festividades nos atraíam no Jubileu. Como Marta nos agitam com demasiadas celebrações. E então atinge-nos a advertência de Jesus apontando para Maria que escolheu a melhor parte (Lc 10, 38-42). Qual é essa "melhor parte" do Jubileu? Seguindo o espírito bíblico, ousamos dizer: é o perdão das dívidas sociais. A Igreja católica, na sua parte clerical, contraiu, neste segundo milênio, enorme dívida em relação ao leigo. Infelizmente, parece que, na última década, essa dívida, em que pesem as declarações rotundas da Conferência de Santo Domingo no sentido contrário, tem crescido em contradição com a eclesiologia do Povo de Deus.

Em termos de sociedade, o perdão jubilar será verdade quando os cristãos forem os protagonistas da justiça social e a Igreja católica anunciar, com sua vida, uma comunidade de igualdade profunda, de participação adulta e responsável. Espera-se dela um poder-serviço sem as "reservas de mercado" preconceituosas, uma simplicidade sem pretensões de concorrer com os astros televisivos, uma atitude reconciliadora com tantos vivendo nova relação conjugal cujo drama não cabe no jurisdicismo rígido e com tantos sacerdotes desejosos de uma atividade pastoral, mas impedidos por terem renunciado ao celibato. Enfim, a Igreja católica ainda está presa a dívidas passadas, teologicamente saldáveis, mas canonicamente até hoje não quitadas.

A inspiração maior para o Jubileu brota de quem é recordado em primeira linha: Jesus Cristo. Foi na Sinagoga de Nazaré (Lc 4, 16-30). Anunciou-o como Ano de graça do Senhor, servindo-se das palavras do Profeta Isaías (Is 61, 1-2). E elenca as expressões concretas dessa realidade nova. Em primeira linha, está o **anúncio da Boa Nova aos pobres**, seguido da proclamação da libertação aos prisioneiros, da recuperação da vista aos cegos, da liberdade aos oprimidos.

Resumo denso que mais tarde será explicitado nas bem-aventuranças (Mt 5, 3-10) e no sermão escatológico (Mt 25, 31-46). Toda a vida de Jesus foi um Jubileu de graça. Que significa para o cristão e a Igreja católica de hoje esse reencontro com a evangelização dos pobres?

A Igreja católica de nosso Continente se alegra ao repensá-la por ter tido a coragem de ter feito desde o final da década de 60 uma opção decidida pelos pobres. Aqui se encontra outro veio inspirador para a atual celebração.

A opção pelos pobres cumpre a dupla função de denúncia e anúncio em relação às nossas celebrações jubilares. Todos somos inclinados a associar celebração e fausto, festividade e poder, comemoração e riqueza. Em todos esses binômios, sobram os pobres. Não fazem parte nem do fausto, nem do poder, nem da riqueza.

Numa sociedade centrada no mercado, há um deslocamento rápido das peregrinações para turismo dispendiosos e lucrativos, das festividades comemorativas para shows pirotécnicos e midiáticos, afastando-se assim de muito do espírito do Pobre da Sinagoga de Nazaré. Lá ele sonhou com o Reino de Deus presente entre nós (Lc 17, 21), crescendo no escondimento e silêncio da semente (Mc 4, 26-29) e do fermento (Mc 4, 30-32), sem o estardalhaço de uma mídia cada vez mais vazia e sensacionalista. Aceitar facilmente o jogo da mídia termina por transformar até mesmo a celebração eucarística – o rito por excelência dos iniciados pelo batismo – se não em programa de auditório, pelo menos, em uma das tantas exposições de luzes e cores.

Tememos que nosso Jubileu esteja muito distante daquele proclamado por Jesus, mesmo que ele se nomeie da Encarnação. Jubileu significa fundamental alegria, júbilo, graça. Para quem Jesus trouxe alegria? Basta percorrer os evangelhos para deparar-se com a evidência: para os cegos, os coxos, os aleijados, os enfermos e sobretudo os pobres. Suspeita-se que o Jubileu de hoje traga mais alegria para as empresas aéreas, para o turismo, para a cadeia hoteleira dos centros de peregrinação, para o comércio. Numa palavra, o mercado parece alegrar-se muito.

Ora bem, o mercado é alma do sistema capitalista neoliberal. Como nunca, ocupou o centro. Comanda as decisões de todos os setores. E de repente, ei-lo decidindo sobre os rumos do Jubileu. Onde está a alegria dos pobres nesse Jubileu, para que ele se pareça ao de Jesus?

O Jubileu teve uma terceira onda. Foi na virada do século XII para XIII, quando do pontificado do glorioso e poderoso pontífice Bonifácio VIII. É verdade que a piedade popular o forçou a criar um Jubileu, que recebeu o nome de Ano Santo. E continuou depois desse pontífice até nossos dias de tal modo que 2000 é Ano Santo e Jubileu. É a **tradição eclesiástica**.

Essa fusão não se faz inocentemente. O Ano Santo pertence ao mundo da piedade, ressalta o lado eclesiástico e visível da Igreja católica. É mais eclesiástico que evangélico, mais canônico que bíblico, mais de ritos de piedade que de prática social. Aí desaparecem as duas tradições básicas do Jubileu do Antigo Testamento e do Profeta de Nazaré.

Lentamente ele foi transformando-se numa sede de indulgências. E conhecemos a triste tragédia eclesiástica do século XVI em torno às indulgências. Quando, mais do que nunca, tomamos consciência do escândalo e do pecado da divisão das Igrejas cristãs, que não aconteceu sem a contaminação das indulgências, voltar sobre esse tema com insistência pode significar entrar num jogo contraditório. Infelizmente, nós, seres humanos, com frequência temos a terrível capacidade de querer não querendo, de não querer querendo. Anunciamos propósitos maravilhosos e armamos práticas opostas. Apregoamos projetos e esquecemos os meios. O ecumenismo pode sucumbir a essa incoerência humana.

Sete Igrejas cristãs do Brasil organizaram e promoveram a Campanha da Fraternidade deste ano 2000 de maneira ecumênica. Esforço bonito de busca de unidade. Não será precisamente nesse momento que vamos com a proclamação e vivência do Jubileu, esquecer que também ele, se não foi proclamado de maneira ecumênica – ainda estamos longe de um ecumenismo nesse nível de Igreja universal –, ao menos conserve a sensibilidade ecumênica na sua condução.

O caminho parece ser o de cultivar na sua celebração o espírito bíblico e jesuano onde comungamos muito mais profundamente com nossos irmãos evangélicos. No campo da dívida social, do anúncio aos pobres do Ano da graça, sentimo-nos plenamente unidos com muitos evangélicos. Queremos exatamente a mesma coisa. Enquanto na fixação eclesiástica de ritos ou mesmo sacramentos, praticamente entendidos como condição para obter a indulgência plenária, podemos reduzir para as grandes massas a graça e a conversão pessoal e social, pedida pelo Jubileu, mais uma vez ao cumprimento de algumas práticas de piedade associadas aos encantos de peregrinações custosas, nem sempre tão espirituais.

Se o lado eclesiástico do Jubileu é a sua parte vulnerável e menos evangélica, é, pelo contrário, das mudanças do comportamento da Igreja católica que se esperam as maiores graças. Nada mais esperançoso para este Jubileu do que colocá-lo sob o **signo do ecumenismo e dos pobres**. Teremos aí um critério maravilhoso para fazê-lo vida em nossas comunidades.

É momento de muita ousadia para a Igreja católica a fim de rever pontos delicados de sua autocompreensão e prática. João Paulo II não se acanhou em abrir a agenda dessa revisão prática da eclesiologia católica, ao reconhecer que o ministério petrino necessita ser revisto na maneira histórica e concreta de ser exercido [João Paulo II, *Ut unum sint*, nn. 95s]. Pois aí reside um dos maiores empecilhos para o ecumenismo. Seu caráter absoluto, vitalício, sem nenhuma instância eclesial que o possa questionar, entrega à fragilidade humana um poder que não parece responder a toda a tradição da teologia da graça desde

Paulo, passando por Santo Agostinho, e tão trabalhada pelos irmãos da Reforma. Jesus mesmo, ao ser tentado de lançar-se templo abaixo (Mt 4, 7), nos advertiu do risco de pecarmos contra Deus, ao aparentemente confiar-lhe uma proteção que desconhece a prudência humana.

Tentamos muitas vezes a Deus, entregando o governo da Igreja a pessoas cuja escolha e cuja manutenção no cargo desafiam a prudência e os próprios critérios de discernimento no Espírito. E por isso pagamos preço histórico enorme em detrimento de tantos e tantos fiéis. Esquecemos que um dos lugares privilegiados de Deus nos falar são os acontecimentos históricos, a cultura dos homens. Fixar a Igreja católica em estruturas de governo, mais devedoras a modelos históricos passados do que à vontade expressa de Jesus, e não pensar em mudá-la, pode implicar tentar a Deus mais uma vez com nossa incapacidade de conversão.

Jubileu é tempo de conversão pessoal e estrutural. Pessoal, de modo particular, na linha do serviço aos irmãos, do resgate das dívidas sociais. Estrutural de nossas comunidades eclesiais para que respondam ao apelo dos tempos. O saudoso João XXIII, que já se aproxima dos altares na qualidade de bem-aventurado, deixou-nos o legado teológico da atenção aos "Sinais dos tempos". Há sinais nítidos na linha de uma maior participação de todos na gestão dos ministérios de santificação, da palavra e de governo em vez da concentração clerical celibatária, de uma consciência da igualdade entre homens e mulheres, no cumprimento de missões que não dependem exclusivamente da diferença biológica, de uma busca crescente de comunhão e unidade entre as Igrejas cristãs com a renúncia de privilégios, de uma abertura ainda maior para com todas as religiões em diálogo de mútua criticidade e enriquecimento, e finalmente, de uma comunhão com toda a humanidade e com o cosmos, com de novo paradigma de pensar, de comunicar-se e de agir. São tarefas que podem transformar o Jubileu não numa simples celebração eclesial, mas em ponto de partida para novos tempos, que interpelem os católicos, todos os cristãos, membros das religiões e todo cidadão preocupado com o futuro de nossa humanidade e de nosso planeta.